

## **CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO PAULO - COMAS-SP**

COMUNICADO - COMAS-SP Nº 158/2018

*Publicado no DOC em 16/05/2018 – Pág. 66 – Não substitui a publicação oficial*

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO PAULO - COMAS-SP, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELA LEI Nº12.524 DE 01.12.1997, REGULAMENTADA PELO DECRETO Nº38.877 DE 21.12.1999; E, COM AS DISPOSIÇÕES DE SEU REGIMENTO INTERNO, TORNA PÚBLICA A ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 27 DE FEVEREIRO DE 2018.

**FERNANDA CAMPANA**

**VICE-PRESIDENTE**

**COMAS-SP**

### **ATA Nº 03/2018 REUNIÃO ORDINÁRIA DE 27 DE FEVEREIRO DE 2018 DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO PAULO - COMAS-SP.**

Iniciada a reunião em segunda chamada, às 13:30 hs. na sede do COMAS/SP, compondo a mesa de deliberação os seguintes conselheiros: Darlene Terzi dos Anjos Afonso; Fernanda Campana; Gírlândia Silva Santana; Damaris da Silva Lacerda; Luís Fernando Francisquini; Maria Aparecida de Laia; Jabs Cres Maia Santos; Hélio de Oliveira; Vitor F. Coelho. O Sr. Presidente inicia a reunião solicitando inclusão de pauta a posse das conselheiras Rochely Agar Di Gesu e Carolina Mendes Carvalho, respectivamente titular e suplente da secretaria municipal de Justiça, justificando que na data da plenária onde estava pautado tal posse, as mesmas estavam de férias, o que foi acatado por consenso da plenária, incluindo então a conselheira Rochely Agar Di Gesu como integrante da mesa de deliberação. Em seguida passa-se ao relato da CDA. Informou-se que foram canceladas as reuniões das comissões na próxima semana pelo fato de ser a última semana de inscrições para o pleito eleitoral da Sociedade Civil, ficando também adiada a plenária do dia 06 de Março para dia 13 de Março pp. Em relação ao Ofício ao Sr. Secretário solicitando apreciação de custeio do Serviço CRECI para ampliação de atendimento para 500 usuários, segue o fluxo do Conselho, sendo encaminhado à CPP/CFO. Foi solicitado esclarecimento à Secretaria sobre o pedido de fechamento do Núcleo do Migrante, que chegou a nosso conhecimento de maneira informal; também foi encaminhado ofício a Dr<sup>a</sup> Beatriz, do MPE para acompanhamento do pleito eleitoral da Sociedade Civil, no dia 14 de abril pp. Chegou ao Conselho a proposta do Serviço REDENÇÃO, para deliberação, encaminhado para CPP. As respostas referentes aos pedidos de informação da Comissão CPP/CFO, sobre a gestão do valor recebido através da Portaria 420/MDS/17 e está sendo encaminhada as mesmas para apreciação. Foi encaminhado ao Conselho um ofício do Sr. Chefe de gabinete de SMADS, solicitando que não sejam mais encaminhados às SAS dos territórios, para apreciação, os processos de inserção de OSC neste Conselho. Diante do estranhamento dos membros da CRI em relação a este procedimento, visto ser de fundamental importância a avaliação do território, fica deliberado solicitar a presença do mesmo neste Conselho para esclarecimentos. MPE solicita a este Conselho, cópia da ata da resolução que autorizou o funcionamento do CRECI no Município. Ainda estão pendentes de resposta da SMADS os ofícios onde este Conselho solicita a Prestação

de Contas do FMAS e das Conferências. Passa-se então ao Relato da CFO de 01 de fevereiro pp. Que foi reenviado para ser refeito. Sobre os atrasos nos repasses, o CDA já encaminhou solicitação de esclarecimento. Na questão do Orçamento para 2018, ressalta-se que houve descumprimento da LOAS e da NOB SUAS quando não foi acatado pela SMADS o orçamento com as condicionalidades apontadas pelo Conselho. SMADS esclarece que, tais cortes foram feitos pela Secretaria da Fazenda. Conselheira Fernanda esclarece que já há um inquérito civil em andamento e a plenária consensua resgatar seu atual status. Informa também que foi reenviada solicitação da prestação de contas das Conferências e do FMAS, ressalta-se que o segundo, já foi feita a prestação de contas da rubrica estadual, em 22 pp. E será apresentada também na plenária. Também neste dia foi apresentada a prestação de contas da verba suplementar de R\$ 14 milhões enviada pela Secretaria Estadual e ressalta que a mesma foi avaliada e deve ser aprovada mediante uma prestação de contas mais detalhada. Em relação à prestação de contas das conferências, o conselheiro Francisquini informa que já chegou ao Conselho e será encaminhada à CFO. A Comissão também informa ter solicitado a prestação de contas das Emendas Parlamentares aprovadas no final de 2017 e solicita também a programação do IGD SUAS e PBF. Em seguida passou-se a apresentação da Sr.<sup>a</sup> Dilma de Sene Corado. Apresenta um valor total de R\$ 22.716.627,98 (vinte e dois milhões, setecentos e dezesseis mil, seiscentos e vinte e sete reais e noventa e oito centavos) para Proteção Básica, os quais foram utilizados no seu total, divididos entre CCAs; CJs; NClis; e SASFs. Para Proteção Especial, Média Complexidade, R\$ 8.479.098,83 ( oito milhões, quatrocentos e setenta e nove mil e noventa e oito reais e oitenta e três centavos 0, divididos entre NAISPDs, MSEs; SEAS e locação de CREAS e para a Proteção Especial, Alta Complexidade R\$ 30.001.772, 57 ( Trinta milhões, um mil e setecentos e setenta e dois reais e cinquenta e sete centavos ) mais o aporte de R\$ 14.000.000,00 ( Quatorze milhões ) que foram divididos entre CA I e CA II, CAE Idosos, Família e Convalescentes,; Núcleos de Convivência; e Postos de Vigilância Avançada. Foram feitos questionamentos sobre a questão da Vigilância, pois alguns tem, outros não, o que foi esclarecido que a solicitação é uma opção da OSC que administra o Serviço. Sobre o contrato da empresa, o mesmo já existe desde 2012, encerrou-se em novembro de 2017. Foi questionado em relação ao aporte, se, com uma sobra de somente R\$ 3.000.000,00 (Três milhões) para 2018, e a abertura de vários novos Serviços, como se garantiria a continuidade destes Serviços, o que foi esclarecido que serão mantidos com Verba Municipal. Conselheira Fernanda solicita seja projetado Ofício 294/CONSEAS/17, para que possamos avaliar se houve cumprimento das condicionalidades solicitadas pelo mesmo. Pode-se constatar que existe recomendação do Conselho Estadual sobre apresentação do projeto de execução e Plano de Aplicação e que para esse fim foi dado prazo até o final de 2017. Conselheira coloca que mais uma vez os recursos de aporte vêm para nossa aprovação fora das condicionalidades e solicita que a votação seja dividida em duas partes. Proposta 1, a prestação de contas dos valores do FMAS e a Proposta 2, o aporte de R\$ 14.000.000,00 (Quatorze milhões), no que é acatado pela mesa. A Proposta 1 é aprovada por unanimidade. A Proposta 2 é feita por voto nominal, por proposta da conselheira Girlândia., e segue: Darlene Terzi dos Anjos Afonso, Abstenção; Fernanda Campana, não aprovação; Girlândia Silva Santana, não aprovação; Damaris da Silva Lacerda, não aprovação; Luís Fernando Francisquini, Aprovação; Maria Aparecida de Laia, Aprovação; Jabs Cres Maia Santos, Aprovação; Hélio de Oliveira, Aprovação; Rochely Agar Di Gesu, Aprovação; Vitor F. Coelho, Abstenção. Assim sendo, totalizamos: três votos pela Não aprovação, cinco votos pela aprovação, com duas abstenções, ficando então aprovada a Prestação de Contas

do FMAS, rubrica Estadual, em sua totalidade, incluindo o aporte. Passou-se então ao Relato da CRI. Em primeiro lugar foi lida a proposta de Resolução informativa sobre a manutenção das inscrições das OSCs com final 04 a 06, que deve ser entregue até a data limite de 30 de abril pp., conforme Resolução 1080/COMAS/17 e prorroga este prazo até 11 de maio pp. em virtude do processo eleitoral da Sociedade Civil do Conselho, tendo sido aprovado por consenso. Em seguida procede-se a leitura dos processos avaliados, Associação Reviver e Associação Betsaida comunicam alteração de endereço da Sede. Em relação às denúncias que vem chegando à esta Comissão, a mesma informa que está fazendo um estudo de fluxo sobre os procedimentos em relação à apuração das mesmas. Passou-se então ao relato da CPP do dia 08 de fevereiro pp e do relato da CPP/CFO do dia 15 de fevereiro pp. Foi feita uma discussão sobre o fluxo de ofícios de pedido de esclarecimento e informações. Conselheiro presidente informa que faz uma revisão dos ofícios e as vezes completa, porque, segundo ele, muitas vezes os mesmos vêm com assuntos confusos. Conselheira Darlene questiona se houve mudança no fluxo, já que sempre o Coordenador das Comissões assinava esses pedidos de informações, para que houvesse agilidade no processo e que este novo procedimento está dificultando o fluxo dentro das comissões. Conselheira Fernanda informa que ela, enquanto presidente, mantinha esse fluxo, mas o atual presidente, Sr. Francisquini informou a mesma que mudou o fluxo e prefere verificar todos os ofícios. Segundo os mesmos, isso seria uma prerrogativa do Presidente, no que a Conselheira Darlene discorda. Conselheiro Carlos Aquino coloca que quer fazer uma denuncia e informa que vem acontecendo reserva de vagas e atendimento prioritário à imigrantes nos C.As. do Município. Sr.<sup>a</sup> Márcia, convidada, coloca que temos que fazer uma discussão urgente na cidade sobre as prioridades de SMADS, que traz toda a verba captada em aporte para a Proteção Especial e que a Proteção Básica tem seus Serviços, já escassos, fechando por falta de condições financeiras ou “remanejamento” da Secretaria. Em relação ao serviço CTA/ATENDE coloca que, já que a Secretaria informa serem os mesmos C.A.II para adultos 24 hs. que os editais devem sair com a nomenclatura correta, pois o nome “fantasia” é uma marca de gestão. Chama a atenção que devemos ter muito cuidado na discussão da verba suplementar federal (Portaria 420/MDS/17) pois esse valor deveria ser dividido entre as Proteções Básica e Especial. A plenária delibera por consenso os encaminhamentos realizados pela CPP: que seja solicitada a Prestação de Contas do Programa Criança Feliz; seja feita a apresentação do PLAS 2018; Do Plano de Contingência de baixas Temperaturas; e do Censo de População de Rua 2017, além do Relatório de Execução do Plano de Educação Permanente. Passou-se então a recomposição das Comissões, sendo Sr.<sup>a</sup> Rochely Agar Di Gesu e Carolina Mendes Carvalho passam a compor a CRI e o Sr. Vitor F. Coelho passa a compor a CPP. Iniciam-se os relatos dos Grupos de Trabalho (GT). O GT de Comunicação traz a proposta do termo de Concessão de Imagem para apreciação do plenário, que foi aprovado depois dos ajustes. O GT Sócio Aprendizagem elabora minuta de Resolução para ser encaminhada à CPP/CFO para apreciação, onde o plenário delibera seja encaminhado as mesmas para que cheguem a um consenso de data para uma reunião conjunta. Conselheiro Carlos solicita seja incluído em ata a importância de garantirmos a palavra aos convidados. Conselheiro Hélio informa que hoje foi inaugurado mais um CTA e que os Senhores Godói, presidente do Conselho Municipal dos Imigrantes e a Sr.<sup>a</sup> Andréa Cristina, do mesmo conselho, se colocam a disposição para vir ao COMAS discutir e prestar esclarecimentos sobre o fechamento do Núcleo do Migrante e sobre a Lei nacional relacionada ao atendimento dos Imigrantes venezuelanos. Sem mais, o Conselheiro

Francisquini encerra a plenária às 17:45 hs, que vai assinada por mim Darlene Terzi dos Anjos Afonso que a secretariei e pelo sr. Presidente Luís Francisquini.